



Data: 18.05.2017

Titulo: CRIANÇAS EM RISCO FAMÍLIAS PODEM SUBSTITUIR INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Pub: **Diário de Notícias**



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;12

# CRIANÇAS EM RISCO FAMÍLIAS PODEM SUBSTITUIR INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

PÁG.12

Área: 818cm<sup>2</sup>/ 39%

Tiragem: 24.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 5752979



Data: 18.05.2017

Título: CRIANÇAS EM RISCO FAMÍLIAS PODEM SUBSTITUIR INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Pub: Diário de Notícias

Tipo: Jornal Nacional Diário

QuickCom  
comunicação integrada

Secção: Destaque

Pág: 1;12

No ano passado, 3200 crianças foram acolhidas provisoriamente em instituições até casos ficarem resolvidos



# Crianças em risco podem vir a ser acolhidas por famílias

**Menores.** Governo quer apoio para acolhimento temporário em famílias em vez de instituições. Comissões de proteção de menores acompanharam 72 177 processos em 2016

ANA BELA FERREIRA

As crianças em risco podem vir a ser acolhidas temporariamente em famílias, em vez de irem para uma instituição. O governo está a preparar uma proposta para atribuir apoio a famílias que aceitem tomar conta de crianças em risco enquanto a situação junto da família de origem não estiver resolvida. “Ainda durante o mês de julho teremos uma versão final do diploma. A nossa prioridade vão ser as crianças mais pequenas, até aos 6 anos, porque as hipóteses de sucesso na integração

são maiores”, anunciou a secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes.

A proposta foi divulgada durante a apresentação aos jornalistas do relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de 2016. Ano em que as comissões acompanharam 72 177 processos (menos 1,6% que em 2015).

Os dados mostram que o problema que continua a afetar mais as crianças e jovens é a exposição à violência doméstica. São cerca de 8700

crianças apanhadas neste crime, que se insere nos casos em que os menores são expostos a comportamentos que podem comprometer o seu bem-estar (12 851 processos, no total, mais 615 que em 2015).

Em segundo lugar, as comissões receberam queixas de negligência – 7654 processos –, onde se destacam as situações em que os menores ficam entregues a si próprios durante largos períodos do dia. O abandono escolar ou faltas persistentes na escola são a terceira causa para atuação das comissões, tendo reunido 6235 comunica-

Área: 818cm<sup>2</sup>/ 39%

FOTO Tiragem: 24.000

Cores: 4 Cores

ID: 5752979



ções. As comissões começaram também a registar os casos em que os menores se colocam em risco. No ano passado, 5939 menores foram identificados nesta categoria, maioritariamente por questões de indisciplina na escola, pequena criminalidade e ainda situações de automutilação, conforme exemplificou o presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Armando Leandro.

A maioria das medidas de promoção e proteção de menores foram aplicadas no seio da própria família. Apenas 9,7% dos casos (3200 crianças) foram retiradas das famílias temporariamente. Sendo que esta é uma medida que depende do consentimento dos pais. Para evitar que estas crianças fiquem em instituições, o governo está a preparar apoios a famílias que se disponham a tomar conta destas crianças em risco.

Dos processos acompanhados ao longo do último ano, 33 354 transitaram de 2015 e foram instaurados 30 417 novos processos. A que se somam 8352 casos reabertos, uma subida de 0,3% em relação a 2015. Mas que os responsáveis não consideram significativo, embora Armando Leandro tenha admitido que “foi pedido um relatório” para identificar as razões destas reaberturas. Uma vez que, como acrescentou Ana Sofia Antunes, “a situação pela qual o menor tem um novo processo pode ser diferente e podem até ter passado anos entre elas, mas é considerado uma reabertura”. No ano passado, registou-se também um aumento dos processos arquivados: 38 845, mais 0,4% que em 2015.

72177

› processos em 2016

As 309 comissões de proteção de menores acompanharam 72 177 processos, menos 1,6% do que os casos seguidos em 2015.

8700

› menores expostos a violência

A violência doméstica continua a ser a principal razão que coloca em risco as crianças e jovens e chegam a ser 12% dos casos acompanhados.

ENTREVISTA

“Menores vivem grande sofrimento”



DULCE ROCHA  
PRESIDENTE  
DA DIREÇÃO  
DO INSTITUTO  
DE APOIO  
À CRIANÇA

A maioria das crianças em risco é exposta à violência doméstica. Este continua a ser o maior problema?

A exposição a violência doméstica é uma tendência já do ano passado. Por isso, é que as entidades que se destacam na sinalização de casos são as forças policiais e não a escola, como era há uns anos. Mas isso não significa que haja mais crianças expostas, há é uma preocupação em sinalizar as crianças nestes casos. Não podemos ignorar que estas são crianças sem-

pre em situação de vigilância, vivem num grande sofrimento e com uma sensação de insegurança permanente. Muitas sentem-se impotentes e culpabilizam-se pela violência. As consequências são normalmente mau aproveitamento escolar, não dormem. Devia haver mais estratégias de trabalho em rede e parceria e provavelmente devia ser aprovado um plano nacional para a prevenção dos maus-tratos nas crianças, como nós propomos.

A quarta causa para a intervenção das comissões são danos que os jovens causam a si próprios.

É um dado recente, não podemos dizer se é uma tendência crescente ou não, mas estarmos a contabilizar já é positivo [foram 5939]. Ainda assim, temos de ficar preocupados com todos os números. Os números gerais, de 72 mil casos, têm uma certa dimensão, mas vê-se que há uma grande preocupação a nível do governo, das ONG e promover o acolhimento familiar também parece positivo. Temos de ter orgulho no nosso sistema que apesar de tudo nos dá esperança.

Não parece que algo falha quando há 8352 processos reabertos?

Não me parece, não há falha dos serviços. O mais difícil é o diagnóstico, são situações muito frágeis e quando há processos é porque há falhas familiares. Há o princípio da intervenção mínima e o equilíbrio entre estar a fazer-se o suficiente ou já estar num acompanhamento redundante é muito difícil. Temos de que cumprir as nossas funções.